

JORNAL DA AJURIS

ANO 20 NÚMERO 286 - ESPECIAL – OUTUBRO



ENTRE REDES E MUROS: JUÍZES E SEUS LABIRINTOS

Magistrados debateram
em Bento Gonçalves
a atuação da Magistratura
no cenário atual



As saídas do labirinto

O XII Congresso Estadual de Magistrados propôs a reflexão a partir do tema “Entre redes e muros: juízes e seus labirintos” como forma de instigar o debate sobre o papel da Magistratura diante do cenário atual. Como palco para esta atividade, escolhemos a cidade de Bento Gonçalves, local que historicamente acolhe eventos da Associação, sempre com muita cordialidade.



Ao preparar este Congresso buscamos reunir referenciais que trouxessem reflexões, críticas, avaliações, que deixassem como legado o conhecimento para aprimorarmos a nossa atividade como magistrados, mas também as nossas vidas. Praticamos o equilíbrio. As palestras foram conduzidas por vozes de fora da Magistratura que foram críticas e ao mesmo tempo estimulantes. E fomos felizes também ao contar com colegas magistrados que trouxeram a reflexão a partir do ponto de vista da carreira.

A nossa conexão com a sociedade se estabeleceu pelas falas de José Reinaldo de Lima Lopes, José Rodrigo Rodriguez e de Leandro Karnal. E o pensamento sobre a carreira, com as brilhantes manifestações do ministro Herman Benjamin e da juíza Andréa Pachá.

Para sair do labirinto são necessários amor e respeito a si próprio, mas também ao outro. Propomos ainda o conagraçamento, a música, a arte e a reflexão, como combustíveis para nos movermos neste labirinto.

Com isso, agradecemos a todos os participantes, que vieram para Bento Gonçalves, juízes estaduais da ativa e aposentados, e pensionistas. Apostar na realização do Congresso é apostar nos nossos laços. Muito obrigado pela presença de cada um, que com companheiros, esposas, esposos, filhos e filhas compartilharam com a Direção da AJURIS estes momentos de acolhimento.

A publicação desta edição é também aos nossos colegas de Comissão Organizadora que pensaram esse Congresso: Vera Lúcia Deboni, Flávio Mendes Rabello, Rute dos Santos Rossato, Max Akira Senda de Brito e Geneci Ribeiro de Campos. E da Comissão Científica: Rosana Broglio Garbin, Cláudio Luís Martinewski, Jayme Weingartner Neto, Marcel Andreatta de Miranda e Roberto Ludwig.

Aos funcionários da AJURIS: Fernanda de Moura e Cunha, Daniela Colussi, Raquel Antunes, Gustavo Pagliarini, Cristiane Garbini, Grasiela Duarte, Joice Proença, Vinícios Sparremberger, Noeli Dalpian, Fábio Damasceno André, Fabiano Cassiminho, Paulo Roberto Branca, e aos demais que ficaram na Associação mantendo o atendimento aos associados.

E também aos que patrocinaram e apoiaram a realização do evento: Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Sicredi-AJURIS, Escola Superior da Magistratura e Joal Teitelbaun.

GILBERTO SCHÄFER - Presidente da AJURIS

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

Presidente:

Gilberto Schäfer

Vice-presidente Administrativa:

Vera Lúcia Deboni

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças:

Flávio Mendes Rabello

Vice-Presidente Cultural:

Rute dos Santos Rossato

Vice-Presidente Social:

Max Akira Senda de Brito

Jornal da AJURIS

Diretora de Comunicação:

Elisabete Maria Kirschke

Subdiretora:

Lizandra dos Passos

Jornalista-chefe:

Grasiela Duarte

Equipe de jornalismo:

Joice Proença

Vinícios Sparremberger

e Paola Oliveira (estagiária)

Projeto gráfico e diagramação:

Esparta Propaganda

Fotos:

César Silvestro

Endereço:

Rua Celeste Gobbato, nº 81

Praia de Belas – Porto Alegre/RS – CEP 90110-160

Telefone: (51) 3284-9100 Fax: (51) 3284-9132

E-mail: imprensa@ajuris.org.br

Site: www.ajuris.org.br



Carta de Bento Gonçalves

Os magistrados do Rio Grande do Sul, reunidos em Bento Gonçalves, nos dias 28 e 29 de setembro de 2017, no XII Congresso Estadual promovido pela AJURIS, que teve como tema “Entre redes e muros: juízes e seus labirintos”, ponderam:

- uma sociedade complexa, como a atual, exige do Poder Judiciário coragem para declarar e assegurar concretamente direitos, especialmente os constitucionais;
- é dever dos juízes preservar e desenvolver as conquistas do Estado Democrático e Social de Direito e, em especial, dos direitos fundamentais, a partir do texto constitucional, tanto os afirmados pelo Parlamento na legislação como os decorrentes da supremacia do princípio da dignidade da pessoa humana e da vida;
- para o desempenho de tão grandes e graves tarefas institucionais, espera-se do juiz independência e integridade, não apenas técnico-profissional, como também ético-vivencial.
- como guia para percorrer os labirintos e saltar sobre muros de segregação, é imprescindível focar na formação permanente da Magistratura, com responsabilidade pela coerência jurisprudencial, bem como demarcada e animada pelos valores constitucionais.

Reafirmam, particularmente neste momento da vida nacional, o compromisso inarredável com a democracia, no rumo de uma sociedade livre, justa e solidária.

Bento Gonçalves, 29 de setembro de 2017.



ABERTURA

AJURIS propõe reflexão sobre o papel da Magistratura

Em dois dias, Bento Gonçalves foi o palco de debates do XII Congresso Estadual de Magistrados em torno do tema “Entre redes e muros: juízes e seus labirintos”. Mais de 200 participantes reuniram-se para debater a atuação da Magistratura no cenário atual.

O presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, na abertura do evento destacou a necessidade de refletir sobre o papel da Magistratura a partir de uma realidade múltipla, diversa e conflituosa. “A lei que é muro e a lei que é rede. O direito que liberta e o direito que aprisiona. As redes da tecnologia que permitem que nos conectemos com o mundo e ao mesmo tempo que nos isolemos em nossos quartos, em nossos guetos, como verdadeiros muros intransponíveis. As redes que julgam mais rápido do que qualquer critério racional que se possa adotar e que, inclusive, julgam e condicionam o nosso julgamento, a nossa atividade”, afirmou.

O magistrado pontuou ainda que sempre se viveu em labirinto e que o

Direito, o constitucionalismo, os direitos humanos, são o empenho em diminuir corredores e derrubar muros. “Muitas vezes o Direito pode ser o espaço da surpresa, pode ser escrito de forma a aprisionar aqueles que deveria libertar e a libertar aqueles que deveria aprisionar”, refletiu sobre os caminhos que se escolhe seguir. “O mito grego do Minotauro nos ensina que para sair do labirinto precisamos de um fio condutor. Este fio pode ser fornecido por quem construiu o labirinto, como Dédalo, mas tal como no mito é fruto de uma confiança”, acrescentou.

Ao dar boas-vindas aos congressistas e autoridades convidou todos ao conagraçamento e à reflexão para que juntos construam uma democracia e um Estado Social. “Uma sociedade não se mantém unida sem um critério de Justiça distributiva. Estamos aqui como juízes para sermos testemunhas, garantidores e guardiões das promessas constitucionais de vida e de dignidade. Nada mais revolucionário do que transformarmos a nossa Constituição em lei viva e temos que afirmar isso em face de todos os Poderes e de todos os agentes”.

Destacando o papel da Magistratura e dos magistrados, o presidente do Tribunal de Justiça do RS (TJRS), Luiz Felipe Silveira Difini, afirmou ter honra e orgulho de ser, há mais de 30 anos, por concurso público, juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Sul. “Essa honraria que todos nós carregamos, que



Gilberto Schäfer
Presidente da AJURIS



Luiz Felipe Silveira Difini
Presidente do TJRS



todos nós devemos nos orgulhar, inclusive, porque no próprio Justiça em Números, pelo nono ano consecutivo, a Justiça do Rio Grande do Sul obteve o primeiro lugar nacional entre as Justiças Estaduais no IPCJUS comparado, que considera o número de processos julgados em relação aos seus recursos orçamentários, neste conceito o TJRS obteve o índice de 100%”.

Acrescentou, ainda, o presidente que, como bem diz o relatório, não significa que não há onde melhorar, “temos a consciência que todos os dias temos que melhorar”. “Significa que com mesmos recursos disponíveis se conseguiu, julgar mais processos, conseguiu produzir mais na jurisdição”, pontuou, criticando as manifestações que visam desmerecer o Judiciário.

A atuação da Magistratura foi reafirmada pelo prefeito de Bento Gon-

çalves, Guilherme Rech Pasin, reconhecendo o esforço dos magistrados e destacando as realizações em manter a ordem dentro da sociedade, que vive dias difíceis e um momento muito complexo. “As nossas homenagens e agradecimentos por terem escolhido a capital brasileira do vinho para mais este evento”.

Ao saudar a presença de dirigentes da União Gaúcha, o presidente Schäfer, destacou que são parceiros na luta associativa de reafirmar a posição de defesa de um Estado em que o funcionário público seja valorizado, que esteja a serviço da população. Estiveram presentes a presidente da Associação dos Defensores Públicos do RS (Adpergs), Juliana Coelho de Lavigne; o presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual (Afocefe), Carlos de Martini Duarte; presidente da União Gaúcha dos Policiais Civis (Ugapoci), Mario Cláudio Schneider Marcelino; o presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar (Asobfm), coronel Marcelo Gomes Frota; o presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do RS, Jean Gonçalves; representando a Associação dos Procuradores do RS (Apergs), o procurador do Estado Juanez Santos Strapasson; representando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação do Ministério Público do RS (AMP/RS), o promotor de Justiça Fernando Andrade Alves.

Participaram da cerimônia os vice-presidentes Administrativa, Vera Deboni; de Patrimônio e Finanças, Flávio Rabello; Cultural, Rute Rossato e Social, Max Akira Senda de Brito; o presidente e o vice-presidente do Conselho Deliberativo, Sérgio Giskow Pereira e Ângelo Maraninch Gianakos; os ex-presidentes da AJURIS João Ricardo dos Santos Costa, que também presidiu a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e José Aquino Flôres de Camargo, também ex-presidente do TJRS.

Prestigiaram a cerimônia de abertura representando a Assembleia Legislativa o deputado Gilmar Sossella; representando a Procuradoria-Geral de Justiça, promotor de Justiça de Bento Gonçalves, Gilson Borguedulff Medeiros; representando o defensor público-geral do Estado, o defensor público de Bento Gonçalves Rafael Carrard; o presidente da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, vereador Moisés Scussel Neto; representando o Foro de Bento Gonçalves, a juíza titular da 1ª Vara Cível, Christiane Tagliani Marques; representado o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o juiz federal da 2ª Vara Federal de Bento Gonçalves, Marcelo Roberto de Oliveira; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS), desembargador Carlos Cini Marchionatti; o 2º vice-presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Pedro Henrique Polly de Figueiredo; o vice-presidente do Tribunal Militar do Estado, Fábio Duarte Fernandes; representando o Ministério Público do Trabalho no RS, procurador do Trabalho Rafael Foresti Pego; o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - subseção de Bento Gonçalves (OAB), Rodrigo Terra de Souza; o comandante do 6º Batalhão de Comunicação, Lúcio Mauro Villote Moreira Guerra; o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Costa da Camino, o 3º vice-presidente do TJRS, desembargador Paulo Roberto Lessa Franz; o presidente da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Juizes do RS (Sicredi/AJURIS), desembargador Danubio Edon Franco; e o diretor do Escritório de Engenharia Joal Teitelbaum, Jader Teitelbaum.



Guilherme Rech Pasin
Prefeito de Bento Gonçalves

MUROS E PONTES

Painel debate atuação dos juízes diante das mudanças da sociedade

1 As transformações necessárias para que o Poder Judiciário esteja em sintonia com as mudanças institucionais e culturais da sociedade pautaram o painel “Muros e pontes no horizonte dos juízes”, que abriu a programação do XII Congresso Estadual de Magistrados.

Com a proposta de fomentar a reflexão nos magistrados sobre a atuação dos juízes, o painel conduzido pelo diretor da Escola da AJURIS, Cláudio Luís Martinewski, apresentou três visões: do doutor em Direito José Reinaldo de Lima Lopes, do doutor em Filosofia José Rodrigo Rodriguez e da juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Andréa Pachá.

Na manifestação de abertura do painel, Lima Lopes, que também é professor da Universidade de São Paulo (USP), apontou que a necessidade de adaptação ocorre a cada mudança significativa na democracia. Ele destacou que na visão da sociedade, o papel institucional dos juízes está relacionado à visão dos magistrados como “peritos em lei”, ou seja, dentro de um conceito diretamente ligado à imparcialidade.

2 “Democracia exige imparcialidade”, afirmou, citando que isso produz reflexos na “forma de convivência dos juízes numa sociedade mais complexa e publicamente mais exposta”. Na visão do professor, mesmo o Judiciário sendo um importante Poder, não

pode ter uma agenda própria, e sim deve filtrar a que vem da sociedade.

Em continuidade ao debate das transformações, o professor José Rodrigo Rodriguez, afirmou ao citar o filme O Estado das Coisas, de 1982, que é “preciso mudar o ponto de vista de crítica” para a construção de um futuro melhor. Com a palestra Quem são os donos da jurisdição brasileira?, o docente promoveu uma reflexão sobre o papel do Judiciário em um país que clama por mudanças. “Além de mudar o padrão da crítica, é necessário identificar os agentes reais da mudança”, frisou.

“As instituições existem porque há grupos de interesse que as mantém. Eles defendem e reproduzem as ideias e as práticas que justificam as instituições”, criticou, lembrando o cenário político brasileiro marcado por escândalos e denúncias de corrupção. Segundo ele, é impossível pensar na mudança, sem pensar nas pessoas. “Quem está realmente interessado em mudar?”, questionou.

3 Em alusão a pergunta que intituiu a palestra, Rodriguez ressaltou a influência das teias argumentativas. A ausência delas, de acordo com o professor, apenas mantém o poder nas mãos de autoridades e amplia o poder de juristas. “Diante de uma autoridade cuja vontade discricionária é determinante, por exemplo, apresentar uma justificação racional pode não adiantar”, explicou.

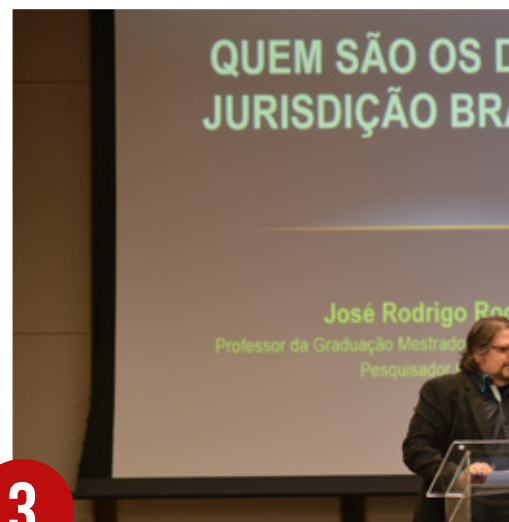
1



2



3



José Rodrigo Rodriguez

Já Andréa Pachá, lembrou que a promulgação da Constituição de 1988 chamou os juízes para atuarem pela efetivação dos direitos e garantias dis-



4

Andréa Pachá



José Reinaldo de Lima Lopes

5



Magistrados cantaram Hino Rio-grandense



cutidas no texto constitucional. Outro ponto de reflexão apontado por Pachá diz respeito à idealização da Magistratura. "Cada vez que assumimos o

papel de juiz super-herói mantemos a sociedade mais irresponsável quanto a definição do seu destino", afirmou. De acordo com a magistrada carioca é preciso redimensionar a atuação, ao mesmo tempo em que é necessário acompanhar e compreender as transformações sociais.

4 Neste sentido, a juíza defende a comunicação e a presença nas redes sociais como pontes importantes a serem construídas pelos juízes. Com um perfil em uma rede social com 100 mil seguidores, Andréa Pachá esclareceu que utiliza o canal como uma ferramenta de informação: "não dou opinião sobre como julgar isso ou aquilo, mas como um espaço de esclarecimento", afirmou.

A magistrada encerrou a palestra sugerindo, principalmente aos magistrados mais jovens, que permaneçam nas redes sociais, compreendendo, porém, que há sentimentos e vivências que não devem ser compartilhados. Ao fim, citou o poema "Sou", de Jorge Luís Borges: "Sou o que, apesar dos ilustres modos de errar, não decifrou o labirinto, singular e plural, árduo e distinto", falando que, neste caso, os labirintos não levaram ao Minotauro, em referência a abertura feita presidente Gilberto Schäfer.

5 O primeiro dia de evento foi encerrado com a execução do Hino Rio-grandense feita pelos magistrados Emerson Motta, Roberto Laux Júnior e Ruggiero Rascovetzki Saciloto.



REFLEXÃO

Ministro Herman Benjamin propõe reflexão sobre reforma política

Ao participar do XII Congresso Estadual de Magistrados, jurista apontou a necessidade dos magistrados serem juízes do Estado social

Favorável a criação do fundo público de financiamento de campanha, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin participou do XII Congresso Estadual de Magistrados e, diante de um auditório lotado, propôs uma reflexão sobre a reforma política e o papel da Magistratura neste contexto.

A respeito do papel do magistrado apontou transformações necessárias e pontuou que “o maior magistrado é aquele que se aposenta e continua magistrado, porque mostra que iniciou na carreira da Magistratura por uma vocação profunda, por uma identidade com esta instituição”.

Foi além ao considerar que, no cenário atual, o juiz não é juiz do Estado liberal, mas juiz do Estado social: “Os magistrados devem ter um quadro em casa em que está escrito ‘Eu sou juiz do Estado social’, onde o direito à propriedade não é absoluto e o norte é a dignidade da pessoa humana”.

No painel conduzido pelo desembargador Eládio Lecey, entre os diversos pontos abordados, o ministro destacou o financiamento privado das campanhas: “é impossível controlar”, afirmou, dizendo que a sociedade precisa compreender a inviabilidade desse modelo.

Confira as principais reflexões.

Reforma política e mea culpa

Ao destacar que a questão mais importante a ser debatida no cenário atual é a reforma do sistema político, o ministro pontuou que, infelizmente, os magistrados só têm a compreensão disso quando atuam como juízes eleitorais.

“Porque nós achamos que as nossas disciplinas jurídicas, aquelas da nossa convivência diária, são as mais importantes. Eu sempre achei – e aqui a mea-culpa –, que o direito ambiental, o cuidar das bases da vida, e não



só dos fundamentos da vida haveria de ser uma das mais importantes. E o direito do consumidor, o tratar das relações entre os cidadãos e os prestadores de serviço no mercado, que sem mercado livre e justo não se pode falar propriamente em ordem econômica e democrática, ali estaria uma outra disciplina jurídica central da ordem brasileira, mas é um equívoco”, refletiu.

O magistrado apontou que todos os males enfrentados pelo Brasil, e também os benefícios, tudo se relaciona com o acerto ou desacerto do modelo político-eleitoral que vigora no país. “Se nós não mudarmos o arranjo político-institucional no nosso país os riscos serão enormes. E alguns deles podem nos levar a tragédias”.

Tragédia do descrédito

A primeira tragédia revelada pelo ministro Herman Benjamin é a do descrédito no sistema político-eleitoral. “Se nós não acreditarmos no voto popular, a porta estará escancarada para o desastre político no nosso país. O que salva o Brasil da guerra civil de sangue correndo na rua é que a população ainda acredita, a cada dois anos, uma crença renovada, mas cada vez mais exigindo otimismo quase exagerado, que alguma coisa vai mudar”.

Para o magistrado as pessoas acreditam, especialmente na transparência, ou na garantia do voto e na inexistência de fraude, porque a Justiça Eleitoral do Brasil é considerada uma das melhores do mundo. “Mas a lisura do voto do instante em que é depositado até a apuração é apenas parte de um quadro maior de legitimidade de um processo político eleitoral”.

Lei comprada

Herman Benjamin fez ainda um alerta para as consequências do que chamou de leis compradas, indo além do problema já identificado de mandatos comprados. “Pergunto aos juízes: o que nós fazemos com a lei comprada? Podem abrir os manuais de Direito, não encontraremos uma



página sobre o que fazer com uma lei comprada, até porque nunca se aventou a possibilidade, até se suspeitava, mas nunca se aventou como tema teórico dogmático sério a possibilidade de uma lei ser comprada”. E acrescentou: “Qual é a natureza jurídica de uma lei comprada? Quais

as consequências de uma decisão de um magistrado que aplicou uma lei comprada? Que conferiu direitos a A em detrimento de B e que depois veio a saber que aplicou não o texto oriundo da legitimidade popular, mas de um negócio que não é sequer lícito. Isso é inimaginável”.

O ministro citou, ainda, a gravidade da compra não apenas de lei no parlamento, mas também de medida provisória. “Claro que aqui nós não podemos generalizar. O risco da generalização destrói a crítica construtiva e útil. Não vamos imaginar que o parlamento é dominado por representantes de má-fé. Mas tem uma minoria que consegue negociar até mesmo um texto legal”.

Financiamento empresarial de campanha

A mais controvertida questão, ponderou o ministro do STJ, talvez seja o financiamento empresarial de campanhas. “Enquanto era considerado ilícito foi a madrastra da democracia brasileira. O Supremo Tribunal Federal proibiu, mas as viúvas soltas por aí, que não perdem a oportunidade, sob o influxo de argumentos, nenhum deles forte ou legítimo, defendem o retorno do financiamento empresarial privado”.

Benjamin citou, também, um dos argumentos postos na imprensa de que há o risco, nas eleições de 2018, do crime organizado tomar conta do processo eleitoral. “O crime organizado tomando conta das eleições? O crime organizado hiper organizado tomando conta das eleições, nós tivemos. Se forem os bicheiros, os traficantes, o

que não ocorrerá de uma forma massificada, são considerados batedores de carteira em comparação com os mega complexos empresariais que tomaram de assalto não apenas o processo eleitoral, mas o próprio poder”.

Avaliou ainda a questão que as empresas poderiam ter feito tudo de forma lícita, mas optaram por utilizar o que chamou de sistema “barriga de aluguel”. A fim de que os beneficiados não soubessem quanto cada um estava recebendo de determinada empresa. “Além disso, talvez o ponto mais grave, é que o caixa 2 é o passaporte para a escravidão mesmo para o político honesto. Porque a partir daquele momento, o político que tem um mínimo de compostura fica refém para tudo, e é uma espiral de crimes nas mãos deste doador”.

É impossível controlar

“Se nós temos empresas que poderiam doar no valor muito mais do que efetivamente doaram, ainda manter o valor estabelecido na legislação e o fizeram com caixa 2, como a justiça eleitoral iria controlar? Nós juízes eleitorais temos que dizer isso, é nosso dever”, afirmou Herman Benjamin.

Na avaliação do ministro do TSE, o caminho é assumir que a Justiça Eleitoral só consegue administrar o processo eleitoral, no máximo, aprovar com ressalvas contas de partidos ou

de campanhas. “Portanto é impossível a Justiça Eleitoral fazer este controle. E a sociedade precisa entender da inviabilidade de um modelo como se pretendeu no passado”.

Solução

Para avançar a respeito da solução a ser adotada pelo Brasil, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, disse que é preciso reconhecer que os recursos utilizados ou necessários para realizar uma campanha eleitoral no país estão absolutamente fora do patamar mundial. “Nós brasileiros já fizemos o acerto de que esta é uma despesa que nós devemos pagar”.

Um dos caminhos poderia ser o financiamento pelo próprio candidato. O que na visão do ministro levaria a “aberração” de ter um parlamento e um Poder Executivo ainda mais dominado por ricos.

A solução, na sua visão, seria o financiamento público: “E aí a primeira crítica legítima é: como nós brasileiros, num país de pobres e miseráveis, em que os serviços básicos de saúde e educação não funcionam a contento, vamos financiar a campanha eleitoral desses que estão aí?”, questionou, afirmando, por fim, que é absolutamente favorável ao fundo público de financiamento de campanha, apesar de compreender que ele, sozinho, não resolve todos os problemas.



TRANSFORMAÇÃO

Karnal destaca o papel dos juízes como agentes de transformação

Com o tema central do XII Congresso Estadual de Magistrados: “Entre redes e muros: juízes e seus labirintos”, a palestra do filósofo Leandro Karnal encerrou a programação científica do evento pedindo que os juízes continuem acreditando nos seus papéis de agentes de transformação.

O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) abriu o painel falando que o momento vivido pela sociedade brasileira é de “mudanças e transformações de modelos” e, portanto, a Justiça não poderia ser excluída do processo. No entanto, ele

ressaltou que o período é de muitas incertezas, diante de “um sistema sem critérios e parâmetros”.

Fazendo um resgate do significado da palavra “juiz”, o filósofo citou que o conceito “deriva de critério e senso

crítico”, o que apontou como essencial para o exercício da jurisdição, pois na sua visão, as pessoas buscam o juiz quando não encontram mais alternativas: “Quanto mais ignorante eu for, menos dúvidas eu tenho. A inteligência tem dúvidas. Estão com dúvidas?



Sintam-se inteligentes, pois enxergam pontos de fuga”, afirmou.

No entanto, Karnal ressalta que o pensamento crítico deve ser afastado das paixões, como todos as questões subjetivas que permeiam a atuação dos magistrados: “Neutralidade é impossível, mas é uma boa meta, e a autoanálise é muito importante para isso”.

Outro aspecto destacado pelo palestrante são as mudanças culturais trazidas pelo uso da tecnologia, que “está revolucionando as relações”. Ele citou que, por vezes, a capacidade de buscar informações – que está cada vez mais acessível – é confundida com a capacidade de saber, com as pessoas emitindo opiniões o tempo todo e sobre assuntos que não dominam. Conforme o filósofo, outra característica dessa revolução tecnológica é que vivemos em uma “sociedade do ressentimento”: “A paixão e narcisismo fazem com que qualquer opinião contrária seja uma ofensa pessoal”, afirmou.

Karnal também citou as mudanças sociais, que ocorrem com a mesma velocidade das transformações tecnológicas: “Tudo muda com rapidez enorme e a atualização é indispensável e fundamental”, afirmou. Frisou também a relevância da atualização dos magistrados em relação aos novos paradigmas da contemporaneidade: “Não é possível um juiz apenas ler livros de atualização da área”, apontou, reafirmando a importância da formação humanística para o exercício da jurisdição em uma sociedade marcada pela diversidade.

Sobre este tema, o professor da Unicamp ainda chamou atenção para a pressão popular em torno das decisões judiciais: “É muito importante saber que às vezes uma decisão é impopular, mas é justa”, afirmou. Ele citou que o equilíbrio no julgamento é fundamental, mas que nem todas as questões têm dois lados, citando, como exemplo, os casos de racismo, homofobia e intolerância. Finalizou chamando os juízes a continuarem atuando na transformação do mundo: “Nós fazemos parte da mudança, eu como professor, e os senhores como magistrados. Se acreditarmos que nada muda será a vitória do mau”.



Qual o principal desafio da Magistratura?

Acesse o vídeo pelo QR-code do seu smartphone e confira:



Gilberto Schäfer

Presidente da AJURIS

Importância da Constituição Federal



Rosana Broglio Garbin

Coordenadora da Comissão Científica

Tecnologia e capacitação



Leandro Karnal

Filósofo

Judiciário e crise



Ou acesse: q.r-to/congressoschafer



Ou acesse: q.r-to/congressorosana



Ou acesse: q.r-to/congressokarnal



Andréa Pachá

Juíza de Direito do TJRJ

Diálogo e adaptação



José Reinaldo de Lima Lopes

Doutor em Direito e Professor da USP

Fortalecimento da democracia



José Rodrigo Rodriguez

Doutor em Filosofia e professor

da Unisinos

Comunicação sem barreiras



Ou acesse: q.r-to/congressopacha



Ou acesse: q.r-to/congressolimalopes



Ou acesse: q.r-to/congressojoserodriguez



TESES

Plenário aprova sete teses como diretrizes

O plenário do XII Congresso Estadual de Magistrados analisou e votou teses apresentadas pelos magistrados. Ao todo foram debatidas dez teses, sendo que sete foram aprovadas como diretrizes.

A condução dos trabalhos foi feita pelos integrantes da Comissão Científica Marcel Andreatta de Miranda, Cláudio Luís Martinewski e Rosana Broglio Garbin, que também coordena a Comissão.

O plenário deliberou sobre temas como as indicações do chefe do Poder Executivo para cargos do Poder Judiciário e Procuradoria-Geral da República, gratuidade Judiciária, banco de substituições para férias e licenças de magistrados, o papel do juiz na proteção do meio ambiente, assim como teses relacionadas à comunicação não violenta e atividades de conciliação e mediação.

CONFIRMA AS TESES APROVADAS:

TESE 1: Escolha de cargos pelo Presidente da República (Aprovada por maioria com emenda modificativa)

PROPONENTE:

Ricardo Luiz da Costa Tjader

EMENDA: O poder do Chefe do Poder Executivo de escolher e nomear integrantes do Poder Judiciário e Procurador-Geral da República é incompatível com o sistema de divisão de Poderes entre os integrantes dos Três Poderes e com o Estado Democrático de Direito.

TESE 2: Escolha de cargos pelo Presidente da República (Aprovada por maioria com emenda modificativa)

PROPONENTE:

Ricardo Luiz da Costa Tjader

EMENTA: A AJURIS, sozinha ou em conjunto com outras Associações e Entidades, deve agir para convencer algum dos legitimados do artigo 60, caput, da Constituição Federal, para que apresentem proposta de Emenda Constitucional que revogue todas as normas da Constituição Federal que prevejam poder do chefe do Poder Executivo para indicação ou de escolha (mesmo que limitada por lista tríplice) de integrantes de cargos do Poder Judiciário e Procurador-Geral da República.

TESE 3: Gratuidade Judiciária (Aprovada por maioria)

PROPONENTE:

Cíntia Teresinha Burhalde Mua

EMENTA: O benefício da gratuidade judiciária pode ser concedido, sem maiores perquirições, aos que tiverem renda mensal bruta comprovada de até (5) cinco salários-mínimos nacionais.

TESE 6: Racionalização e integração das atividades de conciliação dos Juizados Especiais Cíveis com o setor pré-processual dos Cejuscs (Aprovada por maioria)

PROponentes:

Geneci Ribeiro Campos

e Josiane Caleffi Estivalet

EMENTA: Uma vez demonstrado que os litigantes buscaram resolver o

conflito de forma pré-processual, nos CEJUSCS, recomenda-se dispensar a realização de audiência para fins específicos de tentativa de conciliação, no âmbito do Juizado Especial Cível.

TESE 7: É preciso reforçar o papel do juiz na proteção do Meio Ambiente (aprovado por unanimidade)

PROponente:

Patrícia Antunes Laydner

EMENTA: Em um contexto de governança ambiental, o Poder Judiciário deve exercer um papel relevante para a proteção do meio ambiente, preparando-se para enfrentar os problemas ligados à complexidade da matéria e às especificidades que marcam os litígios ambientais. Se a especialização de jurisdições representa um movimento importante neste sentido, também é necessário incrementar a formação ambiental dos juízes e rever certas exigências de produtividade (metas), incompatíveis por vezes com a efetividade buscada em ações desta natureza.

TESE 9: Comunicação não violenta e relações de trabalho (aprovada por unanimidade)

PROponentes:

Genacéia da Silva Alberton

e Rosana Garbin

EMENTA: Comunicação não violenta. Na base dos conflitos internos que ocorrem nas relações de trabalho, geralmente está a questão da comunicação. Importante, pois, divulgar o conhecimento de comunicação não violenta a magistrados e servidores para favorecer relações cooperativas e preventivas de conflitos.

TESE 10: Mediação como instrumento para gestão de conflitos internos (aprovada por unanimidade com emenda aditiva.)

PROponentes:

Genacéia Da Silva Alberton

e Rosana Garbin

EMENDA: Mediação e práticas restaurativas como instrumentos eficazes para prevenção e atendimento de conflitos internos. Necessidade de acesso a curso básico de mediação e justiça restaurativa para magistrados como instrumentos eficazes para a gestão administrativa.

ARTE

Vencedores do Concurso Cultural Fotografe a sua Comarca

Os vencedores do concurso cultural *Fotografe a sua Comarca*, promovido pela AJURIS dentro da programação do XII Congresso Estadual de Magistrados, foram anunciados no jantar de encerramento do evento.

O resultado do concurso, que teve como objetivo dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos magistrados nas Comarcas do Estado e fomentar a realização de atividades artísticas e culturais, foi anunciado pela vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato.

Todas as votações foram feitas às cegas, ou seja, sem a identificação dos autores das imagens. Os 1º e 2º lugares escolhidos por representante da Comissão Organizadora do Concurso e Comissão Científica do Congresso, respectivamente, e o 3º lugar por voto popular na internet.

As fotografias intituladas *Reversos*, *À Luz do Céu Profundo* e *Meninas no lago*, foram premiadas, respectivamente, com 1º, 2º e 3º lugares. Confira:

1 Autora: Luciana Fedrizzi Rizzon Comarca de Caxias do Sul

Descrição: A imagem é do prédio do Fórum de Caxias do Sul refletido no edifício de escritórios que há no outro lado da rua. O céu azul, a leste, contrasta com as cores do pôr-do-sol que atingem a parede espelhada. Nosso trabalho (na foto representado pelo local onde o exercemos) refletido nas facetas da comunidade.

Local: Comarca de Caxias do Sul – Agosto/2017

2 Autora: Luciana Fedrizzi Rizzon Comarca de Caxias do Sul

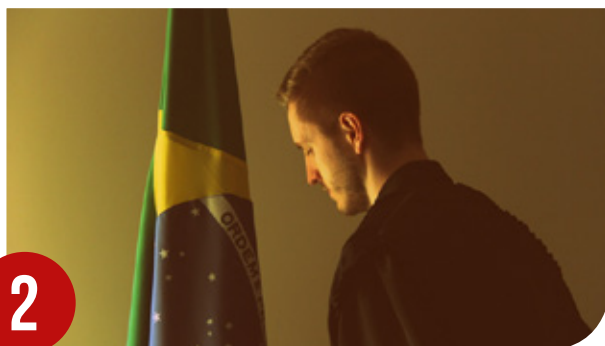
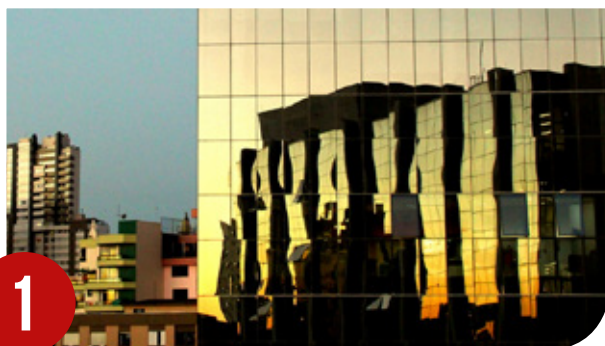
Descrição: O juiz, exposto a contínuas provações, num país que afunda na escuridão da corrupção e do desmando, reflete, à luz da esperança que o permite continuar realizando seu mister com o mesmo amor que o alcançou a tão honrada função.

Local: Comarca de Caxias do Sul – Agosto/2017

3 Autor: Adroaldo Furtado Fabrício Comarca de Rio Grande (magistrado aposentado)

Descrição: Excursão familiar à vila (então abandonada) de Capilla (ou Capija, na versão aportuguesada), à beira de uma falésia que dá para a Lagoa Mirim. Minhas três Marias (filhas) brincavam na água e produziram ondulações de efeito quase hipnotizante. Hoje, o local é ponto turístico concorrido e a prainha da foto é muito frequentada. Na época, o abandono era total; a capela que dá nome ao lugar era praticamente a única construção ainda firme.

Local: Comarca de Rio Grande – Fevereiro/1966





SHOW

Show da Movie Star Experience é destaque da primeira noite do evento

A primeira noite do XII Congresso Estadual de Magistrados foi marcada pelo clima de confraternização durante as atividades sociais. Além do jantar especial, os magistrados e seus familiares se divertiram, também, ao som de muita música boa com a banda Movie Star Experience, que tem o juiz Roberto Laux Júnior, como vocalista e na guitarra base

A banda também é composta por Alexandre Baraldi Tonin (vocalis e guitarra solo), Vinicius Fiorese (teclados e saxofone), Acácio Chinato (baixo) e Paulinho Pradela (bateria). O ponto alto da festa foi a participação de outros magistrados, que também cantam ou tocam instrumentos, proporcionando música de qualidade e diversão aos presentes.

Confira a galeria completa de fotos: [flickr.com/ajuris](https://www.flickr.com/photos/ajuris/)







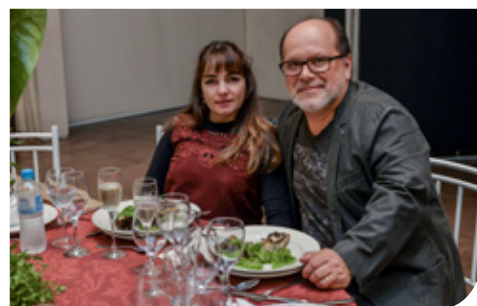
SHOW

Congresso Estadual é encerrado ao som da Banda Judges

Depois de dois dias de debates e reflexões sobre o papel da Magistratura, os associados da AJURIS e familiares encerraram o XII Congresso Estadual de Magistrados ao som de muita música.

Após o jantar de confraternização, a noite dos congressistas foi embalada pela apresentação da banda de rock Judges, criada em 2008, após quatro juízes se conhecerem durante um Curso de Atualização de Magistrados (CAM). Desde então, o grupo é composto pelos magistrados Ruggiero Rascovetzki Saciloto (vocal), Clóvis Matana Ramos (baixo), Emerson Silveira Mota (guitarra) e Fernando Noshang Júnior (bateria).

Confira a galeria completa de fotos: [flickr.com/ajuris](https://www.flickr.com/photos/ajuris/)







XII CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



BAIXE O APLICATIVO

Banrisul :DIGITAL

A FACILIDADE
DO MUNDO DIGITAL
COM A SEGURANÇA
DO BANRISUL.

A segurança e os serviços que você já conhece, com a praticidade de um aplicativo completo. Banrisul Digital. Toda a tecnologia Banrisul para você resolver o seu dia a dia onde e quando quiser. Baixe e use hoje mesmo. Ainda não é cliente? Abra já sua conta no banco digital dos gaúchos.

Abra já
sua conta.

SAC: 0800.646.1515
Deficientes Auditivos e de Fala: 0800.648.1907

Ouvidoria: 0800.644.2200
Deficientes Auditivos e de Fala: 3215.1068

f/banrisul @banrisul

www.banrisul.com.br/app

Banrisul :DIGITAL

Clique e simplifique.